



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Na Mesa, José Sarney, Otavio Frias Filho, Ricardo Ferraço e Maria Cristina Frias

Senado presta homenagem à *Folha de S.Paulo* pelos 90 anos

O papel desempenhado pelo jornal paulista para o fortalecimento da democracia foi lembrado ontem no Plenário, durante sessão especial. Sarney destacou a atuação da *Folha* em defesa da liberdade de imprensa. Segundo ele, o

jornal fundado em 1921 e “recriado” em 1962 por Octavio Frias “acolhe todos os pluralismos, todas as divergências”. Crivella, que solicitou a homenagem, disse que a *Folha* “é um patrimônio cívico da nossa geração”. **7**

Sarney apresenta proposta que muda tramitação de MPs

Presidente e senadores são unânimes em reivindicar mudança no rito das medidas provisórias. Pela proposta, se o Senado rejeitar emenda da Câmara, MP não precisa mais retornar aos deputados

Respaldado pela posição de diversos líderes partidários, o presidente do Senado vai apresentar uma proposta ao Congresso Nacional para modificar a tramitação das medidas provisórias. O novo rito permitiria que o Senado rejeite

emendas da Câmara que desvirtuem ou se afastem muito do tema original da MP, sem que com isso elas precisem ser novamente votadas pelos deputados. Senadores como Renan Calheiros, Alvaro Dias e Walter Pírnheiro defendem a alteração. **2**

STF julga na quinta ação contra piso de professor **4**

Fim do exame da OAB será votado em Plenário **3**

Homenagem aos heróis da Batalha do Jenipapo **6**



Olhando Ksiazewski/AlôNotícias

A ligação entre Paranaguá e Curitiba pela BR-277 foi interrompida em ponte na altura de Morretes

Alvaro e Gleisi pedem atenção ao Paraná

Vários municípios do litoral paranaense sofreram deslizamentos, quedas de barreiras e de pontes e enfrentam falta de água e de

combustíveis. Alvaro Dias e Gleisi Hoffmann salientaram que já há 10 mil desabrigados, duas pessoas mortas e 4 mil casas destruídas. **5**

especial **Cidadania**

Passo a passo, o caminho para abertura de uma microempresa

Abrir um pequeno negócio no Brasil demanda paciência, organização e uma série de providências legais e burocráticas que em geral desestimulam muitos empreendedores em potencial. O processo pode levar semanas, mas nesta edição o *Especial Cidadania* resume os principais passos. **8**

Preservação do meio ambiente. A gente colocou essa ideia no papel.

Há **15** dias o Jornal do Senado passou a ser impresso em papel reciclado. É uma iniciativa que contribui para o uso racional e para a preservação dos recursos naturais.

Apoio:



Presidente diz que vai apresentar proposta para permitir que debate efetivo sobre as medidas possa existir nas duas Casas do Congresso Nacional

Sarney anuncia projeto para alterar rito de MPs

A INSATISFAÇÃO COM o papel secundário, e até inócuo, que os senadores têm na discussão e na deliberação das medidas provisórias ganhou novo fôlego no início desta legislatura e gerou propostas de mudança. O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que vai submeter ao Congresso Nacional um projeto de resolução que altera a tramitação de MPs na Casa. De acordo com sua proposta, quando o Senado rejeitar uma emenda da Câmara dos Deputados, a emenda seria excluída do texto sem necessidade de voltar ao exame daquela Casa.

Para o presidente do Senado, o rito atual de tramitação de MPs permite a inclusão de emendas sem relação direta com a proposta original, o que classificou de "anomalia" do regimento.

– Hoje, na mecânica das MPs, eles introduzem alguns assuntos estranhos lá na Câmara. Quando chega ao Senado, se nós derrubarmos, tem que voltar à Câmara para aprovar a nossa decisão. Isso contraria um pouco o sistema legislativo. Se uma

materia não foi aprovada em uma Casa, não pode ser aprovada somente na outra – disse o presidente do Senado.

Conforme Sarney, se a mudança que irá propor for aprovada pelo Congresso Nacional, a tramitação de MPs será mais rápida.

– Vou levar essa resolução à Mesa e espero que, na próxima sessão do Congresso, seja resolvida – disse.

Segundo Sarney, outros presidentes do Senado levaram a reclamação aos presidentes da Câmara. Houve até quem advertisse a Câmara que o Senado se recusaria a apreciar MPs que não chegassem com uma certa antecedência.

Insatisfação

Diversos senadores, entre eles vários líderes partidários, já se manifestaram contra a votação de medidas provisórias com prazo vencido. Na sessão do dia 1º, foram votadas duas MPs que estavam no último dia possível para deliberação, inviabilizando qualquer melhoria proposta pelos senadores, uma

vez que, se alteradas, teriam de voltar ao exame da Câmara dos Deputados e, assim, perderiam sua validade.

A discussão foi provocada pela votação da MP 504/10, que autoriza a Embrapa a instalar escritórios em outros países, e do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/11 – resultante de alterações que a Câmara impôs à MP 503/10 –, que instituiu a Autoridade Pública Olímpica (APO).

Durante o debate, Sarney disse que o Congresso Nacional não cumpre o disposto em sua Resolução 1/02, que trata da tramitação de MPs e estabelece prazos para sua votação na Câmara e no Senado.

Ex-deputado, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) diz que a atual tramitação das MPs é ultrajante para o Senado, uma vez que elimina a possibilidade do debate.

No dia 1º, Walter Pinheiro ficou horas na Câmara negociando com o líder do governo,

Cândido Vaccarezza (PT-SP), emendas às duas MPs. Assim como outros senadores, ele não pode ter esperanças de mudar medidas provisórias no Senado, embora a Constituição garanta essa prerrogativa à Casa.

Para senadores, papel a que o Senado foi relegado na discussão das MPs é "ultrajante"

– Lá está o espaço que ainda resta, do ponto de vista de tempo, para se ajustar a questão do conteúdo da MP – lamentou.

O petista é um dos que reclama alterações no rito de tramitação das

MPs. Ao anunciar que pretende apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC) nesse sentido, chegou a provocar o presidente José Sarney:

– Vossa excelência está se tornando um carimbador de medidas provisórias.

– Vossa excelência tem absoluta razão – respondeu o presidente, e acrescentou:

– Esse sistema tem tornado o Senado apenas homologador de medidas provisórias. Temos

reclamado isso aqui muitas vezes.

Almoxarifado

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), lamentou que o Congresso Nacional já tenha votado alterações na tramitação das MPs e que as mudanças não tenham sido cumpridas. Ele é um dos que ameaçou não mais votar PLVs com prazo vencido que tragam emendas introduzidas pelos deputados.

– O pior de tudo isso é que essas coisas vão continuar: o Senado vai continuar a não ter prazo para discutir as medidas provisórias, a Câmara vai esgotar praticamente o prazo todo – afirmou Renan.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), disse que o Congresso "está se transformando em almoxarifado do Poder Executivo".

Para ele, é inadmissível que o Senado não pudesse sequer indagar a estimativa dos custos para as atividades que a Embrapa passará a exercer no exterior e alterar a proposta de criação da APO.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP sobre quebra de sigilo tranca pauta

14h Na hora do expediente, lançamento da Campanha da Fraternidade Eumênica de 2011. A sessão deliberativa está com a pauta trancada pelo PLV 4/11, que trata da punição de servidores que violarem o sigilo fiscal.

Presidência Sarney recebe dirigente coreano

11h30 O senador José Sarney recebe o governador do Amapá, Camilo Capiberibe, e o presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá, José Ramalho de Oliveira. Às 12h, encontra-se com o vice-presidente da Assembleia Nacional da Coreia do Sul Jae-hyong Hong. Às 16h, preside a ordem do dia.

CE Ministro explica diretrizes para educação

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte ouve o ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre as políticas e diretrizes da pasta para os próximos quatro anos.

CAE Fundo para estímulo à leitura

10h Entre outros itens, a Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que prevê a criação do Fundo Nacional Pró-Leitura, para viabilizar a Política Nacional do Livro. Também na pauta mensagem do Executivo sobre empréstimo de US\$ 200 milhões destinado ao Bolsa Família.

CMA Instalação de três subcomissões

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota indicações de novos nomes para participar do ciclo de debates que discutirá a reforma do Código Florestal. Em seguida, instalação de três subcomissões – das Obras da Usina da Hidrelétrica de Belo Monte; da Água; e da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – e eleição de presidentes e vices.

Reforma Mudança na data de posse

14h A Comissão de Reforma Política se reúne para discutir temas como suplência de senador e data de posse de chefes do Executivo.

Livro Ulisses Riedel lança obra de reflexão

18h30 Lançamento do livro *As causas da miséria e sua superação – reflexões*, do ex-senador Ulisses Riedel, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

Oficinas Eventos pelo Dia Internacional da Mulher

Câmara, Senado, Tribunal de Contas da União e Sindilegis promovem uma série de eventos comemorativos do Dia Internacional da Mulher. Serão realizadas oficinas de flores de fuxico e de automaquiagem. As inscrições podem ser feitas até o dia 23 pelos telefones 3303-4267/4269/1345.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Sarney argumenta que, "se uma matéria não foi aprovada em uma Casa, não pode ser aprovada somente na outra"

MP para crédito orçamentário pode ser considerada crime

O presidente da República que enviar ao Congresso Nacional medida provisória abrindo crédito extraordinário para atender a situações emergenciais poderá ser processado por crime de responsabilidade contra a lei orçamentária. De acordo com projeto que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina nesta quarta-feira, em decisão terminativa, despesas emergenciais são aquelas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

A lei que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento (Lei 1.079/50) prevê 12 casos de crime contra a lei orçamentária, como não apresentar ao Congresso a proposta do Orçamento dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa.

O projeto (PLS 475/08), apresentado pelo senador Flexa

Ribeiro (PSDB-PA), acrescenta dispositivo para estabelecer o novo crime e lembra que a Constituição já prevê a abertura de crédito extraordinário como única hipótese de uso de medida provisória em matéria orçamentária – "para atender somente a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública".

"Esse tipo de crédito deveria ser utilizado apenas em situações excepcionais, para os quais não fosse recomendada a espera pelo processo legislativo ordinário", explica Flexa Ribeiro.

Para o relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), embora a Constituição já determine que a abertura de crédito extraordinário deva ser feita somente para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, a realidade com a qual o Parlamento se depara é de desrespeito à norma.



Flexa Ribeiro diz que só situação excepcional justifica ato do governo

Alvaro Dias afirma ainda que o Executivo pode recorrer a créditos suplementares e especiais.

O crédito extraordinário é um dos tipos de crédito adicional, utilizado para a correção do orçamento anual durante a sua execução. Há também os créditos suplementares (destinados a reforço de dotação orçamentária) e os especiais – para despesas sem dotação orçamentária específica.

Renan alerta para o aumento da violência na região Nordeste

Ao comentar pesquisa do Ministério da Justiça sobre a violência nos municípios brasileiros, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a região Nordeste apresentou um grande crescimento da criminalidade nos últimos anos. Lamentavelmente, afirmou, o estado de Alagoas é o mais violento do país.

De acordo com o levantamento, destacou Renan, os homicídios no país vitimam principalmente os jovens entre 15 e 24 anos: 36,6% do total de assassinatos são de pessoas nessa faixa etária.

– Para nós nordestinos e, infelizmente, para mim, como alagoano, outra conclusão da pesquisa foi trágica: houve uma explosão de violência na região Nordeste. Os homicídios aumentaram 65%; os suicídios, 80%; e os acidentes de trânsito, 37% – informou.

A situação de Alagoas é preocupante, alertou Renan, pois o estado subiu, na última década, da 13ª para a 1ª posição na lista de estados mais violentos.

O senador disse que, na semana passada, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em visita a Alagoas, recebeu um pedido de socorro do governador Teotônio Vilela Filho, pois a violência no estado está praticamente fora de controle.



Senador afirma que, segundo o Ministério da Justiça, Alagoas é hoje o estado mais violento

Vanessa registra pesar pela morte de pai do senador Inácio Arruda

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou ontem pesar pelo falecimento de Francisco Lopes de Arruda, pai do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Falecido na quinta-feira aos 97 anos, Seu Lopes, como era conhecido, era natural de Mulungu (CE) e servidor civil aposentado da Aeronáutica.

– Um honrado homem do sertão que viveu na cidade grande tudo o que há para viver. Homem de hábitos simples – disse a senadora.

Vanessa lembrou que Francisco de Arruda trabalhou ajudando a esquadra norte-americana sediada em Fortaleza durante a 2ª Guerra Mundial. Pessoa bem-humorada, disse a senadora, o pai de Inácio Arruda e de mais seis filhos era muito inteligente e “amante da sanfona, do violão e do cordel”.



Vanessa diz que Francisco de Arruda foi um “homem honrado e de hábitos simples”



Demóstenes Torres (D) debate proposta, durante reunião da CCJ do dia 2: decisão agora será do Plenário do Senado

Valadares recorre contra decisão da CCJ que manteve exame da OAB

Senador diz que é pessoalmente a favor da manutenção da prova para o exercício da profissão de advogado, mas com o recurso quer que o tema seja debatido mais amplamente, inclusive com quem critica o teste

O SENADOR ANTÔNIO Carlos Valadares (PSB-SE) recorreu ao Plenário do Senado contra a decisão em que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) manteve a exigência do exame a que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) submete os alunos formados em Direito.

O recurso encabeçado por Valadares foi lido em Plenário na sexta-feira e já foi deferido pela Mesa. Para esse tipo de recurso, apresentado no caso de projetos que recebem parecer contrário quanto ao mérito, o Regimento Interno exige um número mínimo de assinaturas correspondente a pelo menos 10% da composição do Senado.

A decisão da CCJ foi tomada no dia 2 deste mês, quando rejeitou proposta de emenda à Constituição (PEC 1/10), do ex-senador Geovani Borges, que considerava o diploma de curso superior instrumento suficiente para comprovar a qualificação

profissional de um recém-formado.

Com o recurso de Valadares, a PEC continua a tramitar no Senado e aguarda agora sua inclusão em ordem do dia do Plenário. Se aprovada pelo Senado e pela Câmara e promulgada pelas Mesas das duas Casas, a proposta poderá impedir a OAB de realizar o exame de admissão hoje exigido para a concessão da carteira de advogado.

Debate

– Esse exame da OAB está sendo contestado em vários estados, como Pernambuco, Mato Grosso etc. Há juízes federais considerando inconstitucional a exigência do exame. Particularmente, sou favorável, mas quero ouvir as instituições e os segmentos sociais informados com a exigência dessa prova. Quero um debate qualificado do assunto, minha proposta tem esse único objetivo. Depois de ouvir esses vários segmentos,

podemos até manter a decisão da CCJ que rejeitou essa mudança na Constituição. No mérito, eu também sou favorável a que se mantenha o exame – afirmou Valadares.

Segurança

Relator da matéria na CCJ, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) argumentou que a exigência do exame da OAB é o mínimo de segurança que a sociedade precisa ter para recorrer aos serviços de um profissional formado em Direito.

– Convenhamos, um advogado que não alcançou nota cinco para obter a carteira, não dá. Não dá para aprovar um promotor, um juiz, um delegado que não consegue alcançar nota cinco. Que segurança oferece um profissional que não se encontra preparado para exercer sua profissão? – questionou Demóstenes Torres, durante o debate da PEC na CCJ.

Contagem de prazo para recurso pode excluir fim de ano

A pauta da CCJ para esta quarta-feira inclui projeto que suspende, entre os dias 20 de dezembro e 10 de janeiro, a contagem de prazo para recorrer de auto de infração e de notificação de lançamento no âmbito de processo administrativo fiscal da Receita Federal.

O autor, o então senador Raimundo Colombo (DEM-SC), explica que, no final de cada exercício, a Receita tem intensificado as autuações e os lançamentos, dificultando a apresentação

da defesa em tempo hábil, devido às festividades de final de ano e ao acúmulo de serviço das próprias empresas, que contam com equipes reduzidas de funcionários e ainda precisam tomar providências com relação ao exercício que se encerra.

O relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), lembra ainda que não só as empresas, mas também as pessoas físicas ficam assoberbadas com as atividades de final de ano. No entanto, o senador assinala que o projeto original refere-se

somente ao prazo para a impugnação, ou seja, para a defesa junto à primeira instância, quando, “por questão de coerência”, deveria ser estendido também aos prazos recursais.

Dornelles optou, assim, pela apresentação de outro texto, segundo o qual “não fluirão, no período compreendido entre o dia 20 de dezembro e 10 de janeiro subsequente, os prazos para a impugnação, o recurso voluntário e o recurso especial previstos no decreto”.

Proposta de Suplicy permite adesão eletrônica a projetos de iniciativa popular

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem a apresentação de proposta para facilitar a elaboração de projetos de lei de iniciativa popular: a coleta de assinaturas, que hoje é obrigatoriamente manual, poderia ser feita de modo eletrônico.

Suplicy lembrou que a modalidade prevista na Constituição é uma das grandes conquistas do cidadão brasileiro para a participação direta no processo político, mas apontou para o rigor dos requisitos exigidos, o que tem resultado num pequeno número de projetos apresentados pelos eleitores.

– De todos os projetos apresentados, apenas quatro foram, ao final do processo, transformados em leis. É um número muito acanhado, que demonstra que a concepção originária do constituinte não foi concretizada em sua plenitude

– observou.

Suplicy disse que, hoje, a forma como os projetos de lei de iniciativa popular são elaborados é absolutamente artesanal, com distribuição de listas e coleta de assinaturas em locais de grande aglomeração de pessoas que, em tese, estariam interessadas em apoiar esse tipo de iniciativa. Ele sugere o uso da tecnologia para superar os gargalos operacionais e logísticos da empreitada.

De acordo com a Constituição, a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um.

O projeto prevê, entre outras medidas, a utilização de assinaturas manuais e



Suplicy pretende ampliar as possibilidades de participação do eleitor no processo legislativo

eletrônicas pelos eleitores; a disponibilização nos sites da Câmara e do Senado de conexões para os anteprojetos de iniciativa popular, para permitir a subscrição eletrônica; e o envio de senha eletrônica aos autores e eleitores que será atrelada ao número do seu título de eleitor.

Senador lembra decisão do atual governador gaúcho de desistir da ação direta de inconstitucionalidade e diz que salário básico nacional é essencial para a boa educação

Paim: STF deve negar recurso contra piso dos professores

“É FUNDAMENTAL QUE todos os estados reconheçam o piso nacional como vencimento básico da carreira de professor e que tanto a União como os estados federados criem condições financeiras para o seu pagamento”, disse ontem o senador Paulo Paim (PT-RS) ao lembrar que nesta quinta-feira o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que contesta pontos da lei que fixa o salário nacional para os professores da rede pública.

Paim informou que o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, comunicou ao relator da matéria no STF, ministro Joaquim Barbosa, que o estado que governa não tem mais interesse em contestar o piso nacional. A ADI foi proposta em 2008 pelos então governadores de Mato Grosso do Sul, Paraná, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

– Se a educação é ponto de convergência para a nação que sonhamos e buscamos, é inadmissível que os seus trabalhadores, ou seja, os mestres, os professores, aqueles que ensinam, não sejam reconhecidos como



Waldemir Borreto/Senado Federal

Para Paim, União e estados devem criar condições financeiras para pagar o piso – afirmou Paulo Paim.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) parabenizou Tarso Genro pela atitude. Por sua vez, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu aos senadores que defendem a derrubada da ADI que compareçam ao STF para assistir ao julgamento.

Registros

Paulo Paim também apresentou pedido de voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal do PT de Rondônia, Eduardo Valverde, vítima de acidente automobilístico na última sexta-feira. Ele requereu a mesma homenagem para o pugilista negro de 17 anos, Tairone Silva,

assassinado por um policial na cidade de Osório (RS).

O lançamento do livro *As Causas da Miséria e sua Superação*, do diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulisses Riedel de Resende, que será realizado hoje, às 18h30, na Biblioteca do Senado, foi outro assunto abordado pelo senador.

Paim falou ainda sobre convite que recebeu para participar do Dia Internacional da Síndrome de Down, que transcorrerá no dia 21 deste mês, sobre os 97 anos do ex-senador Abdias Nascimento e sobre os dez anos da morte do ex-senador e ex-governador Mário Covas.

Mozarildo cobra rapidez nas votações pela Casa revisora

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relatou, em discurso, a frustração que os parlamentares sentem quando seus projetos, aprovados na Casa de origem, são esquecidos ou engavetados na outra Casa. Por isso, ele defendeu a fixação de um prazo para essa análise.

O senador mencionou a proposta de sua iniciativa que autoriza o Poder Executivo a abrir escolas militares nas capitais de Roraima e do Acre (PLS 211/02). Lembrou que existe colégio militar apenas em Manaus, para toda a região amazônica.

– Como pensarmos em formar militares com visão de Amazônia se não temos uma escola preparatória? Mandamos para a Câmara dos Deputados em 2004 e até agora, 2011, o projeto não foi aprovado – lamentou.

Mozarildo rebateu as críticas de quem julga a criação daquelas escolas como aumento de despesas. Lembrou que, uma vez sancionado o projeto, não será necessário implantar as duas unidades imediatamente, assim como ocorreu com a Universidade Federal de Roraima e a escola técnica federal do estado, e anunciou o envio de ofício à Câmara pedindo agilidade para a apreciação do projeto.

Com o intuito de acelerar a análise de proposições, o parlamentar apresentou em 2007 uma proposta de emenda à Constituição (PEC 58/07) determinando que a Casa revisora terá 90 dias, a partir da data de leitura do projeto, para concluir a análise das proposições da Casa iniciadora.

Esgotado o prazo estabeleci-



Waldemir Borreto/Senado Federal

Proposta de Mozarildo Cavalcanti estabelece prazo para deliberações

do sem deliberação, a matéria será colocada na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, diz o texto, que aguarda análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na legislatura passada, a relatoria estava a cargo do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que havia dado parecer contrário à proposta.

Cristovam sugere a Dilma e Obama pauta global

As diplomacias brasileira e norte-americana deveriam incluir na pauta do encontro dos presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff, em Brasília, neste sábado, temas como a subordinação do crescimento à preservação do meio ambiente, a luta pela erradicação da pobreza, os direitos humanos como valor fundamental e a democratização da tecnologia. A sugestão foi feita pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), segundo o qual o encontro não deve se pautar apenas por temas bilaterais comerciais ou de outra natureza.

– Teremos pela primeira vez o encontro de dois líderes à altura do seu tempo. E esse é um tempo muito difícil para um líder ser estadista. Era fácil na Guerra Fria. Os presidentes dos Estados Unidos e de outras nações não falavam apenas para os seus países, mas para o mundo inteiro. Passada a Guerra Fria, os estadistas se apegaram, voltaram-se para dentro dos seus países, viraram até caixeiros-viajantes, preocupados



Paulo H. Carvalho/Agência Senado

Senador diz que os dois presidentes devem assumir posição de liderança

com o comércio e não com o planeta inteiro – afirmou.

Na avaliação do senador, o planeta está precisando de novos líderes globais e o encontro entre Dilma e Obama poderá ser uma oportunidade para que ambos assumam uma posição de liderança mundial, dirigindo seus discursos não apenas às populações de seus países.

Cristovam, que é vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), propôs ainda que o documento que deverá ser assinado pelos dois líderes vá além não só dos interesses bilaterais, bem como do comprometimento com o combate ao terrorismo e com a não disseminação das armas nucleares.

Costa relembra a Revolução Pernambucana

O líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, senador Humberto Costa (PE), saudou os 194 anos da Revolução Pernambucana de 1817, comemorados no último dia 6. De acordo com ele, trata-se de “uma das manifestações libertárias mais importantes do país”, embora seja pouco conhecida pela população.

O senador lembrou o caráter igualitário da revolução, que aboliu os pronomes de tratamento destinados a membros da elite, e seu caráter libertário, tendo implantado a liberdade de culto e de imprensa.

O líder da bancada citou grandes nomes da Revolução Pernambucana, como o padre Roma e o Capitão José de Barros Lima, o “Leão Coroado”. Também destacou o papel no movimento da Maçonaria e do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o Frei Caneca, que mais tarde teria papel



Waldemir Borreto/Senado Federal

Movimento de 1817 foi um dos mais libertários do país, diz Costa

preponderante em outro movimento pernambucano, a Confederação do Equador.

Humberto Costa lembrou ainda que, em decorrência da revolução, Pernambuco perdeu grande parte de seu território, primeiro dando origem ao estado de Alagoas e, depois, passando grande parte da região do Vale do Rio São Francisco para os estados da Bahia e de Minas Gerais.

O senador também apresentou ontem voto de pesar pela morte do ex-deputado Eduardo Valverde, presidente do PT em Rondônia, em acidente de carro no dia 11.



Brenda Amussings/creative commons

Livro digital pode ficar livre de impostos

O Projeto de Lei 144/10 que altera a Política Nacional do Livro (PNL - Lei 10.753/03) para atualizar a definição e ampliar a lista de produtos equiparados a livro estará na pauta de votações hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se aprovado, o projeto, que recebeu o parecer favorável do relator Francisco Dornelles (PP-RJ), seguirá para votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em caráter terminativo.

A proposta do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) amplia o rol dos produtos isentos de impostos para incluir qualquer

livro em formato digital, magnético ou ótico. Atualmente, o PNL atribui a isenção apenas a esses produtos quando destinados a pessoas com deficiência visual.

O projeto também equipara aos livros os equipamentos cuja função exclusiva ou primordial seja a leitura de textos em formato digital ou a audição de textos em formato magnético ou ótico, como o conhecido Kindle (foto), leitor eletrônico de livros (e-book reader) ou até mesmo aparelhos como o iPad, da Apple, e o Samsung Galaxy Tab.

Plenário celebra a Campanha da Fraternidade

Os senadores celebram, no começo da sessão de hoje, às 14h, o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2011, cujo tema é "Fraternidade e a vida no planeta" e, o lema, um trecho da Epístola de São Paulo aos Romanos (Rm 8,22): "A criação geme como em dores de parto". O requerimento solicitando a homenagem no Senado foi da senadora Ana Rita (PT-ES), com o apoio de outros senadores.

Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que promove a campanha, o lema reflete a preocupação com a situação do planeta e os efeitos da exploração predatória de seus recursos naturais.

O lançamento nacional da Campanha da Fraternidade de 2011 ocorreu no dia 9 de março – Quarta-Feira de Cinzas –, quando a Igreja Católica dá início ao tempo da Quaresma e da preparação para a Páscoa. A campanha, realizada desde 1963, já abordou a temática ambiental em três oportunidades: em 1979 ("Preserve o que é de todos"), em 2004 ("Fraternidade e água – água, fonte de vida") e em 2007 ("Fraternidade e Amazônia – vida e missão neste chão").

Para Sarney, uso da energia nuclear deve ser reavaliado

O mundo deve reavaliar o uso da energia nuclear como matriz energética, afirmou o presidente do Senado, José Sarney, ao comentar ontem o risco de explosão de reatores nucleares no Japão após o terremoto e a série de tsunamis que devastaram o país na última sexta-feira.

– É uma mudança muito séria na visão que precisamos ter em relação às usinas nucleares. Porque, se elas já sofreram no passado algumas restrições, acredito que agora, com esse problema do Japão, vamos ter que parar um pouco para pensar – avaliou Sarney, que lembrou ainda o episódio de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, considerado o maior acidente nuclear da história.

Sobre os investimentos do Brasil no setor nuclear e a construção da usina de Angra 3, Sarney disse que, apesar de o nível de segurança das usinas brasileiras ser bom, é necessário que cientistas analisem as vulnerabilidades existentes.

– Não acredito que vai haver uma paralisação, mas evidentemente vão ser tomadas medidas de muito maior cuidado e revisão – avaliou o presidente do Senado.



A população de Antonina – como as de Morretes, Paranaguá e Guaratuba – foi atingida pelos efeitos das fortes chuvas que caíram no litoral paranaense

Alvaro Dias alerta para situação de emergência no litoral do Paraná

Rodovias interditadas, enchentes e deslizamentos aumentam o número de mortes e de pessoas desalojadas em vários municípios. Falta água mineral e combustível. Senador cobra recursos para Fundo Especial para Calamidades Públicas



Alvaro: 1% da arrecadação de loterias poderia ser destinado a áreas atingidas

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) relatou ontem ao Plenário os problemas enfrentados pelo seu estado, cujo litoral tem sido castigado pelas fortes chuvas dos últimos dias. Segundo balanço da Defesa Civil, a região sofre com alagamentos e quedas de pontes e barreiras que voltaram a interditar as BRs 277 e 376.

A situação é preocupante, de acordo com o senador, e o número de desabrigados e casas danificadas em Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba é crescente. Em Morretes, a Defesa Civil contabiliza 8 mil pessoas desalojadas. Mortes foram registradas em Antonina.

– O drama humano é a faceta

mais amarga dessas intempéries. O rastro de desolação transcende os balanços da Defesa Civil – lamentou.

Outros problemas relatados por Alvaro Dias foram a falta de água mineral e de combustível. A cidade de Morretes declarou estado de calamidade pública e há registro de desaparecidos.

Alvaro Dias lembrou que propôs em 2009 (PLS 29/09) a destinação de 1% da arrecadação total de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). Este percentual seria deduzido do valor destinado ao prêmio bruto.

– Ao apresentar o projeto,

destaquei a flagrante incapacidade do Funcap de atender situações emergenciais no país, decorrentes de calamidades. O que se verifica na prática é o não recebimento pelo fundo dos recursos orçamentários previstos no decreto-lei que o criou – afirmou.

O senador explicou que o Funcap deveria receber dotações orçamentárias da União, auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, destinadas à assistência a populações de áreas em estado de calamidade pública. "Curiosamente", disse, o fundo não tem recebido recursos nos últimos anos.

Gleisi pede recursos para socorro a vítimas no Paraná

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou ontem, em discurso, as enchentes ocorridas no estado do Paraná. Até aquele momento, segundo dados citados pela senadora, havia 10 mil desabrigados, duas pessoas mortas e 4 mil casas destruídas.

– O litoral do estado é pequeno, mas muito bonito. De todas as tragédias naturais,

essa foi das mais violentas. Desde Guaratuba até a região norte de Antonina, estamos com alagamentos. Tivemos deslizamentos de terras, inundação de todos os rios do litoral. É a chamada cabeça d'água, que sai arrastando tudo.

Gleisi cumprimentou o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, pela

agilidade no levantamento dos danos sofridos pelo estado.

A senadora pediu a liberação de recursos para resolver problemas como a falta de água, combustíveis e alimentos necessários à população. Ela anunciou que, com esse objetivo, haverá hoje uma reunião entre a bancada de parlamentares do Paraná e o governador Beto Richa.



Senadora diz que bancada estadual se reunirá hoje com Beto Richa

Repasse precisa ser mais veloz, diz Wellington

O senador Wellington Dias (PT-PI) se solidarizou ontem com as vítimas das catástrofes naturais ocorridas nos últimos dias, tanto no Brasil quanto no Japão. Ele apontou a necessidade, no Brasil, de mudança nos ritos processuais para liberar com rapidez

recursos que atenuem e até evitem os efeitos dos fenômenos naturais que o país enfrenta, especialmente no verão, época de chuvas intensas.

O parlamentar deu apoio à ideia do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) de criação de um

fundo de calamidades públicas, projeto na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Wellington Dias apontou ainda a necessidade de a Defesa Civil municipal ou estadual monitorar as áreas de risco para atuar de forma preventiva, evitando

assim os desastres.

Wellington Dias também apoiou a iniciativa do senador Jorge Viana (PT-AC) de instituir-se uma comissão provisória para analisar todos os projetos em tramitação sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil.

Luta envolvendo Maranhão, Piauí e Ceará à época da Independência recebeu homenagem de senadores, deputados e o governador piauiense

Governador resalta papel dos piauienses

O governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), assinalou a importância dos piauienses para a história da independência do Brasil. Ele ressaltou ainda a importância do registro histórico feito pelo escritor Laurentino Gomes em suas obras *1808 e 1822*, que tornaram conhecida a participação do Piauí na consolidação da independência.

O governador pediu ainda apoio parlamentar no atendimento às prioridades do estado, salientando que, em 2008, o PIB do Piauí registrou aumento de 8,8%.

Hugo Napoleão: o Sul teve festas e o Piauí, mortes

Ao citar o grito de "Independência ou Morte" de dom Pedro I, o deputado Hugo Napoleão (DEM-PI) disse que, enquanto no Sul festas comemoraram a independência, as mortes ocorreram realmente no Piauí, na Batalha do Jenipapo. Ex-senador e ex-governador do Piauí, ele registrou a importância dos gritos de Manuel de Sousa Martins em Oeiras, em Parnaíba (PI).

— Os governadores presidem cerimônias cívico-militares impecáveis no dia 13 de março de cada ano, em Campo Maior que, na época, era Santo Antônio do Surubim — destacou.

Deputado Assis Carvalho sugere nova história

Para o deputado Assis Carvalho (PT-PI), é preciso reescrever a história do Brasil, escrita por aqueles que não queriam aceitar a participação popular nas grandes conquistas.

Assis Carvalho citou o episódio do fim da escravidão no país, dizendo que a história registra que "uma princesa de bom coração assinou um documento e resolveu tudo", quando muitos morreram na luta de libertação. Para o deputado, embora não se possa esquecer o papel de dom Pedro I, "não foi por generosidade dele que o Brasil se tornou independente".

Sessão especial lembra Batalha do Jenipapo, de 1823

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney (PMDB-AP), abriu ontem a sessão especial destinada a comemorar a Batalha do Jenipapo contando a história do movimento, ocorrido há 188 anos, no qual lutou seu tetravô, Manuel Leopoldino da Costa Ferreira. A sessão foi sugerida por Wellington Dias (PT-PI).

Sarney explicou que Maranhão, Piauí e Ceará mantinham-se fiéis à Coroa Portuguesa, apesar da independência proclamada por dom Pedro I. João José da Cunha

Fidié, que comandava as tropas leais a Portugal no Piauí, partiu de Oeiras, então capital, com um grupo bem armado para conquistar a cidade de Parnaíba, no norte do estado, que tinha aderido à independência.

Debelados os rebeldes parnaibanos, Fidié decidiu voltar a Oeiras, que em sua ausência também aderira à independência. A caminho, porém, enfrentou um grupo mal armado e preparado, formado de "homens simples, armados de instrumentos de trabalho, foices,

chuços, facões".

Em Campo Maior, "às margens do Jenipapo, naquela região belíssima formada de carnaubais e caatinga de vegetação baixa", Fidié ganhou a batalha, mas perdeu a guerra. Embora tenha vencido, Fidié perdeu homens, suprimentos e munição, tendo por isso desistido de voltar para Oeiras. Acabou se refugiando em Caxias, no Maranhão, onde posteriormente se rendeu, e com ele o último foco de resistência das tropas portuguesas à independência.



Wellington Dias, que propôs a homenagem em Plenário à Batalha do Jenipapo, discursou ontem defendendo que o 13 de março passe a ser celebrado em todo o país como uma data importante para a Independência

Wellington quer reconhecimento nacional da data

"A Batalha do Jenipapo é fundamental porque foi nela que o Brasil venceu Portugal e garantiu a sua independência", afirmou ontem o senador Wellington Dias (PT-PI), anunciando que, junto com a bancada de parlamentares do Piauí, proporá ao Congresso que a data de 13 de março 1823

passa a ser celebrada em todo o país como importante para a independência.

Os senadores e deputados também vão propor que o local onde foi travada a batalha seja considerado como patrimônio histórico nacional. Wellington explicou que o local abriga um cemitério e um

monumento erguido em memória dos piauienses, cearenses e maranhenses que participaram e tomaram no confronto.

— Eram pessoas tão do povo que ninguém nunca teve o cuidado de saber o nome de cada um deles. Mas todos esses heróis anônimos precisam ser reconhecidos.

"Conhecemos pouco nossa história", afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o confronto foi um "capítulo fundamental no processo de consolidação da integridade do território nacional". Ela assinalou que os brasileiros conhecem pouco a história do país e que lembrar episódios como a Batalha do Jenipapo fortalece a identidade brasileira.

— É uma comemoração não só do Piauí, mas do Brasil como um todo — disse a senadora, que declarou o seu apoio ao empenho da bancada piauiense pelo reconhecimento do aniversário da batalha ocorrida em 13 de março de 1823 como uma data nacional.

Mozarildo: graças a piauienses, Brasil hoje é uma nação

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) avaliou que, graças ao povo do Piauí, que lutou contra os grupos leais à Coroa portuguesa depois da Independência proclamada por dom Pedro I, a nação brasileira é atualmente unificada.

— O povo piauiense foi fundamental para que não tivéssemos dois brasis: um Brasil independente, através do nosso movimento, e outro Brasil colônia de Portugal e, quem sabe, hoje, outro país. Então, é importante que esse registro seja feito até para que os jovens que ainda estão nos bancos escolares tenham a informação correta da nossa história — disse.

Jenipapo foi mais relevante do que o Ipiranga, diz Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) expressou a sua gratidão para com o povo do Piauí, ao classificar a Batalha do Jenipapo como um episódio até mais importante do que a Proclamação da Independência por dom Pedro I, em 1822.

— A independência de um país é muito mais que um grito, que um gesto: é um sacrifício. E todo o sacrifício requer sangue. E onde esse sangue foi derramado? Não às margens do Ipiranga, tão demonstrado e cantado em quadros, versos e livros. Ali não pingou uma gota do sangue brasileiro. Esse sangue pingou às margens de outro rio: o rio Jenipapo — disse.

Escritor pede valorização da história

Ao retratar a Batalha do Jenipapo como uma luta sangrenta que resultou na perda de muitas vidas e simbolizou a construção da independência pelo conjunto dos brasileiros, o jornalista e escritor Laurentino Gomes afirmou ontem que o conhecimento e a valorização de acontecimentos passados são indispensáveis para a preparação e a construção do futuro de uma nação.

— A Batalha do Jenipapo foi o mais trágico e também o mais simbólico de todos os confrontos da Guerra da Independência — disse, em referência ao desafio de manter a unidade territorial. Ocorrida em 1823, a batalha reuniu piauienses, cearenses e maranhenses contra os portugueses fiéis à Coroa.

Laurentino Gomes é autor dos livros *1808 e 1822*, sobre a transferência da Corte de Portugal para o Brasil e a Independência do Brasil.

O escritor lembrou que, depois de proclamada a Independência, dom Pedro I teve que enfrentar as guerras que se seguiram, "caras e desgastantes". As províncias, recordou Laurentino Gomes, além de isoladas, rivalizavam entre si, o que levava a "grave risco" de fragmentação nacional, a exemplo do que ocorria na América Espanhola envolvida em guerras civis.

O jornalista ressaltou a importância de se conhecer a história e seus episódios marcantes para a formação da cidadania e a construção do futuro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mozarildo Cavalcanti • Wellington Dias • Vanessa Grazziotin • Humberto Costa • Cristovam Buarque • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

ALVARO RESSALTA O NÃO ADESISMO DO JORNAL

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o jornal “selou um compromisso atemporal com a pluralidade e o apartidarismo, sem jamais se eximir de expressar seu ponto de vista”.

Para o senador, o jornalismo praticado pela *Folha* reflete a multiplicidade da sociedade brasileira.

– A tentação de alinhamento foi sempre repelida, prevalecendo sua autonomia e o exercício de um jornalismo livre – afirmou o senador, destacando ainda o papel do jornal nas Diretas Já.

SUPLYC: CARREIRA POLÍTICA LIGADA AO JORNAL

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contou ao Plenário que uma das coisas que mais valeram à pena em sua vida foi ter sido articulista do jornal de janeiro de 1976 até 1980. O convite foi do jornalista Cláudio Abramo.

– Acredito que a minha vida parlamentar se deve à acolhida que Octavio Frias me deu na *Folha de S.Paulo*. Tenho o jornal como um dos instrumentos principais de informação, que sempre primou pela imparcialidade política de seu noticiário.

PARA SANTIAGO, PRINCÍPIOS INFLUENCIAM A IMPRENSA

Informação correta, interpretação competente dos fatos e pluralidade de opiniões. Desde que foram declarados pela *Folha* como princípios de trabalho para seus jornalistas, essas três metas passaram a influenciar definitivamente toda a imprensa nacional, destacou o senador Wilson Santiago (PMDB-PB). A *Folha* empreendeu reformas que acentuaram ainda mais sua posição “crítica e apartidária”, o que contribuiu para que passasse a ser reconhecido como o maior jornal do país.

CRISTOVAM LOUVA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO

Cristovam Buarque (PDT-DF) sublinhou a capacidade do jornal paulista de antecipar-se na adoção de iniciativas modernizadoras. Segundo Cristovam, assim como numa cidade há muitos edifícios, mas raros podem ser considerados monumentos, o mesmo acontece com a *Folha de S.Paulo* – entre outras razões, por assumir o risco das resoluções. Como exemplo, o senador lembrou que, em 1920, a *Folha* já tinha mulheres trabalhando na redação.

FERRAÇO RESSALTA CREDIBILIDADE DO VEÍCULO

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que, ao homenagear a *Folha*, o Senado reconhece a importância das liberdades de opinião e de imprensa para a democracia. Para o senador, a *Folha* se tornou um dos veículos respeitados pelo pioneirismo e pelo posicionamento crítico e independente.

– Pesaram muito a credibilidade e o respeito conquistados com o apoio à abertura [política] e reforçados com o pioneirismo que revolucionou o jornalismo brasileiro.

CREDIBILIDADE EXPLICA VIDA LONGA, DIZ AGRIPINO

Os 90 anos da *Folha de S.Paulo* devem-se à credibilidade do jornal, disse José Agripino (DEM-RN).

– Longevidade e vida pública são decorrentes de alguns atributos, mas, principalmente, de padrão ético. Longevidade em instituições como a *Folha de S.Paulo* só tem uma explicação: credibilidade.

Para Agripino, a internet vem competindo com os jornais, mas aqueles que, como a *Folha*, tiverem competência, coragem e credibilidade sobreviverão.

CÍCERO LUCENA APONTA PIONEIRISMO ON-LINE

A participação da *Folha de S.Paulo* nos movimentos políticos que resultaram no fortalecimento da democracia no país foi destacada pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Ele também lembrou a contribuição do Grupo *Folha* na área de tecnologia da informação por seu jornalismo *on-line*, ao lançar, em 1995, o *Folha Web*.

– Foi o primeiro e pioneiro jornal do país transmitido pela internet em tempo real. Em 1996, lançou o Universo Online.

PAPEL NAS DIRETAS JÁ FOI HISTÓRICO, LEMBRA SIMON

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou o papel do diário paulista na campanha das Diretas Já e sua importância na vida pública brasileira. Simon lembrou o episódio da publicação de editorial convocando a sociedade contra a ditadura militar e a importância da cobertura do jornal para a volta da realização de eleições presidenciais diretas no Brasil.

– Eu acho que é difícil encontrar um símbolo mais fantástico da honra de um jornal do que esse momento da *Folha de S.Paulo* – salientou.

KÁTIA: “FOLHA AGITA, INCOMODA E PROVOCA”

“Que não falem nunca aos que protagonizam os Poderes da República e a todos os setores da vida nacional os testemunhos críticos da sociedade civil, expressos com tanta graça, coragem, imaginação e competência pela *Folha de S. Paulo*”, definiu Kátia Abreu (DEM-TO).

A senadora destacou o fato de o jornal “desmoralizar o sectarismo e brandir os argumentos do bom senso”.

– A *Folha* agita, incomoda e provoca – resumiu Kátia Abreu.

MOZARILDO EXALTA VALOR DA IMPRENSA LIVRE

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a independência, o apartidarismo e a coragem do jornal paulista, que, segundo ele, enfrentou adversidades que buscavam cercear a liberdade de informação.

– É importante que as gerações atuais e futuras possam realmente estar atentas ao importante papel que um órgão como a *Folha de S. Paulo* presta ao esteio de uma democracia, que é a liberdade de expressão – destacou o senador, que realçou o valor da imprensa livre.

Senado homenageia *Folha de S.Paulo* em seus 90 anos

Durante sessão especial pelo aniversário de fundação do jornal, Frias Filho diz que o Senado é uma casa da liberdade que tem problemas, mas que a imprensa também tem

O SENADO CELEBROU o nonagésimo aniversário de fundação da *Folha de S.Paulo*. Na sessão de homenagem, realizada ontem, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a importância da imprensa livre, ainda que os homens públicos sofram “com essa liberdade total, e muitas vezes sem motivação”.

Para José Sarney, a *Folha de S.Paulo*, “que acolhe todos os pluralismos, todas as divergências”, aos 90 anos continua a exprimir a concepção que Octavio Frias, fundador do grupo, tinha do que deveria ser um grande jornal, constituindo exemplo de jornalismo com

lugar definitivo na história da imprensa brasileira.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que propôs a homenagem, disse que os 90 anos da *Folha de S.Paulo* representam muito mais que o sucesso de um grupo empresarial.

– Sua trajetória de lutas e conquistas é um monumento à liberdade de imprensa, que é patrimônio cívico de nossa geração. E essa saga da *Folha* é também exemplo, inspiração e ânimo para outros veículos de imprensa – afirmou.

Ao final da sessão, o diretor editorial da *Folha*, Otavio Frias Filho, agradeceu as palavras

recebidas, transferindo-as às equipes que ajudam a construir diariamente a *Folha de S.Paulo*. Frias Filho disse querer “reverter ao Senado – no que ele representa de melhor como uma casa da liberdade – as homenagens dirigidas à sua família”.

– O Senado seguramente tem seus problemas, tem suas mazelas, tem suas deficiências. Nós da imprensa também temos os nossos problemas, os nossos defeitos, estamos no limite das nossas possibilidades, procurando reparar esses defeitos, desenvolver o jornalismo que praticamos, a qualidade do serviço que prestamos – afirmou.



Crivella (E) discursa diante de João Oreste Dalazen, do TST; Gilmar Mendes, do STF; Sarney, Otavio Frias Filho, Ricardo Ferraço e Maria Cristina Frias

Folha atua pela liberdade de imprensa, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, destacou a atuação da *Folha de S.Paulo* em defesa da liberdade de imprensa no país. O senador apontou a crítica aos homens públicos como “função primordial da imprensa” e afirmou que Octavio Frias de Oliveira, publisher da *Folha* falecido em 2007, seguia esse princípio.

– Os homens públicos sofrem com essa liberdade total, muitas vezes sem motivação. Mas é melhor ter uma imprensa livre que não ter imprensa nenhuma. Ela exerce essa função, e foi essa função que Frias concebeu. Foi por isso que ele fez um jornal de opinião. Um jornal que acolhe todos os pluralismos, todas as divergências – disse.

Embora fundada em 19 de fevereiro de 1921, disse Sarney, a *Folha* hoje conhecida foi recriada em 10 de agosto de 1962, quando assumida por Octavio Frias e Carlos Caldeira. A *Folha* se colocou na vanguarda das mudanças na forma e na linguagem jornalística e assumiu o lugar de jornal de maior circulação nacional por muitos anos, afirmou. “Frias acompanhou a revolução das comunicações, entendeu a nova mídia e, antes dos outros, viveu o futuro”.

Crivella considera jornal um patrimônio cívico

Autor do requerimento de homenagem à *Folha de S.Paulo*, Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse acreditar que a trajetória do jornal representa muito mais que o sucesso de um grupo empresarial: “é um monumento à liberdade de imprensa, patrimônio cívico da nossa geração”.

O senador lembrou a memória do conterrâneo Octavio Frias de Oliveira, que, “com imaginação e inteligência, transformou a *Folha de S.Paulo* de um modesto periódico da década de 60 para o maior jornal do país”.

Segundo Crivella, a firmeza do caráter, a sobriedade e a lucidez da personalidade de Frias foram fundamentais para que ele, na direção do jornal, superasse crises políticas e financeiras e enfrentasse a censura imposta pelo regime militar.

– Octavio Frias sabia que a causa do povo não requer radicalismos, mas coragem. Não foi um *publisher* apático, reacionário e entreguista, tampouco partidário do oposicionismo sectário, intolerante e implacável. Foi um homem que estabeleceu como lema para si e para a *Folha* a busca da verdade – sustentou.

Diretor editorial estende homenagem à equipe

O diretor editorial da *Folha de S.Paulo*, Otavio Frias Filho, avaliou que a homenagem do Senado se dirigia, na verdade, “às milhares de pessoas que fazem da *Folha* o que ela é, também aos colegas do portal Universo Online e aos colegas do *Valor Econômico*”.

– Transfiro as homenagens a todas essas equipes, que, ao longo de sucessivas gerações, desde 1921, têm nos ajudado a

construir a *Folha de S.Paulo*.

Frias Filho, que representou o jornal, agradeceu aos senadores que discursaram, especialmente pelas “palavras a respeito do nosso pai, Octavio Frias de Oliveira, que foram muito comovedoras”.

O presidente do Senado, José Sarney, agradeceu a presença dos irmãos Frias e afirmou que eles foram “testemunhas do apreço do Senado, represen-

tando o povo brasileiro, pela *Folha de S.Paulo*”.

Dirigida por Sarney, a Mesa foi composta pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen; pelos senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço; e pelos diretores da *Folha*, os jornalistas Otavio Frias Filho e Maria Cristina Frias.

Como registrar um pequeno negócio

Para funcionar de maneira regularizada, uma micro ou pequena empresa precisa ter, no mínimo, cinco registros: na junta comercial, no poder municipal (prefeitura ou administração regional), no fisco estadual e em dois órgãos federais: Receita e Previdência Social. Além disso, licenças e documentos expedidos por entidades de classe e órgãos ambientais e de fiscalização podem

ser necessários para certas atividades empresariais. De acordo com pesquisa do Departamento Nacional de Registro do Comércio, com base em 2007 e restrita às capitais, o tempo médio nacional para abrir um negócio é de 21 dias.

Este *Especial Cidadania* traz, passo a passo, como obter os cinco registros indispensáveis.

1ª etapa: junta comercial

Antes de mais nada, será necessário ter o endereço do empreendimento. Ou seja, o ponto comercial, ou equivalente, deve estar definido, pois ele vai constar do contrato social, a peça mais importante do início da empresa. Recomenda-se obter a assessoria de um contador para a elaboração do contrato. Para as micro e pequenas empresas, é dispensada a assinatura de um advogado nesse documento. Contratar um contador, de qualquer forma, será necessário em seguida, pois o nome desse profissional é uma informação obrigatória para registrar a empresa na Receita Federal a fim de obter o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Apenas os microempreendedores individuais (faturamento de até R\$ 36 mil por ano) podem prescindir do contabilista.

Do contrato social devem constar, entre outras informações, o nome da empresa; o interesse das partes; o objetivo da empresa; o capital social (aporte inicial para começar o negócio); a descrição da sociedade e a cota de cada sócio.

Para a definição do nome da

empresa, deve-se fazer antes uma pesquisa para verificar se já não há outra firma registrada com a mesma denominação. Em muitos estados, isso pode ser feito pela internet, gratuitamente. A partir do site do Departamento Nacional de Registro do Comércio (www.dnrc.gov.br), é possível acessar as páginas das juntas comerciais de todos os estados e do Distrito Federal, pelas quais são feitas essas pesquisas.

Definido o nome empresarial e feito o contrato social, é hora de fazer o registro da empresa na junta comercial ou no cartório de registro de pessoa jurídica. Isso equivale a obter a certidão de nascimento do negócio.

Os documentos exigidos pelas juntas e pelos cartórios podem variar a cada estado, assim como as taxas e os prazos. Se toda a documentação estiver em ordem, é feito o arquivamento do ato constitutivo da empresa e entregue ao proprietário o Número de Identificação do Registro de Empresas (Nire). A empresa agora existe oficialmente. Não quer dizer, porém, que já pode funcionar.

2ª etapa: Receita Federal

Depois de conseguir o registro da empresa na junta comercial, o próximo passo é registrá-la como contribuinte e obter o CNPJ, o que é feito exclusivamente pela internet, por meio de um programa específico, baixado no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br). Os documentos devem ser entregues pessoalmente ou por Sedex. Ao fazer o cadastro na Receita, informa-se a atividade que a empresa vai exercer. Isso tem repercussão na tributação. Nem todas as atividades se enquadram no Simples Nacional, que reúne, numa única cobrança, diversos impostos e contribuições sociais.

3ª etapa: poder municipal

Nas prefeituras, secretarias municipais de Fazenda ou administrações regionais, obtém-se outro documento imprescindível: o alvará de funcionamento. Para conseguir essa licença, com a qual o negócio já pode começar a operar, normalmente são exigidos:

- formulário preenchido;
- consulta prévia de endereço aprovada;
- cópia do CNPJ,
- cópia do contrato social;
- laudos de vistorias técnicas, conforme o caso (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária etc).

4ª etapa: poder estadual

Além da Receita Federal, é necessário fazer o cadastro no sistema tributário estadual. A maioria dos estados já tem convênios com o fisco nacional, de forma que se pode obter a inscrição estadual juntamente com o CNPJ.

Se esse não for o caso do seu estado, será preciso procurar a secretaria de Fazenda. Em geral, a inscrição pode ser feita pela internet. Ela é obrigatória para os setores de comércio, indústria e serviços de comunicação, energia e transporte intermunicipal e interestadual.

Entre os documentos exigidos, estão aqueles obtidos nas etapas anteriores: ato constitutivo da empresa, CNPJ e alvará de funcionamento. Em alguns estados, contudo, a inscrição estadual deve ser solicitada antes do alvará.



Saiba mais

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

www.sebrae.com.br

Central de

Relacionamento:
0800 570 080

Departamento Nacional de Registro do Comércio
www.dnrc.gov.br

Fácil – Central de Atendimento Empresarial:

(61) 2109-8800

SAUS Quadra 2, lote 1-A

– CEP 70.070-020

Brasília (DF)



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

5ª etapa: Previdência Social

Já apta a operar, a empresa necessita se cadastrar na Previdência Social e pagar as contribuições, mesmo se não tiver funcionários. O prazo é de 30 dias após o início das atividades.

O representante legal da empresa deve procurar uma agência da Previdência Social

para fazer o cadastramento.

Além de regularizar a situação previdenciária, será necessário solicitar, nas secretarias municipais ou estaduais de Fazenda, autorização para impressão de notas fiscais e a autenticação de livros fiscais. Trata-se de colocar em dia o chamado aparato fiscal.

Projetos que beneficiam as pequenas empresas

PLS 247/10 – Complementar, de Demóstenes Torres (DEM-GO)

Cria a possibilidade de parcelar débitos tributários no regime do Simples. Aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PLS 90/10 – Complementar, de Fernando Collor (PTB-AL)

Inclui os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Simples. Também espera relator na CAE.

PLS 289/08, de Paulo Paim (PT-RS)

Facilita a contabilidade de empresas optantes pelo Simples, retirando a obrigação de levantar anualmente o balanço patrimonial e o resultado econômico. Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).